



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS



CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 72/2015-UFGA, DE 11 DE MAIO DE 2015

NÍVEL D
TÉCNICO EM ELETRÔNICA

16 de agosto de 2015

Nome: _____ N.º de Inscrição: _____

BOLETIM DE QUESTÕES

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTEs.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 50 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo 10 de Língua Portuguesa, 10 de Legislação, e 30 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E), das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção.
- 8 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação. Após as 11h30min você poderá levar este BOLETIM DE QUESTÕES.
- 9 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas**, com início às 8 horas e término às 12 horas, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 10 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.



MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 50.

LÍNGUA PORTUGUESA

E essa tal diversidade?

1 Diversidade é a expressão da Vida Humana nas suas múltiplas, variadas e particulares
2 manifestações. O segredo da Natureza é a Biodiversidade; o segredo da Humanidade é a
3 Antropodiversidade. O respeito à Diversidade é a capacidade de afastar a tolice arrogante que supõe ser
4 o único modo correto de existir e, ao mesmo tempo, indica inteligência estratégica de aprender com o
5 diverso e, portanto, com aquilo que comporta outro olhar e alternativas de percepção e ação.

6 Sempre ficamos imaginando qual seria o lugar mais exato de onde emana o preconceito;
7 contudo, não há fonte única para o desprezo ao diverso; as fontes são inúmeras para a intolerância,
8 desde as bases familiares até instituições sociais como certa mídia, algumas igrejas, determinados
9 processos pedagógicos, que carregam a caricaturização do Diferente como se ele fosse também
10 Desigual.

11 Nos tempos atuais muitas empresas procuram trazer o acolhimento da Diversidade como um
12 dos seus pilares de presença valorizada nas comunidades nas quais se inserem. Ações de inclusão e
13 diversidade fazem parte da dimensão Ética da prática da empresa séria e com honestidade de
14 propósitos.

15 No entanto, lembro amiúde, Ética não é cosmética, não deve ser mera maquiagem provisória e
16 superficial. Por isso, o passo mais forte nessa direção precisa ser dado pelo consumidor/cliente
17 consciente dos equívocos que podem ser cometidos em toda a cadeia produtiva ou de serviços e, ao
18 juntar-se em movimentos organizados, rejeitar a relação de negócios com quem for biocida ou liberticida,
19 tal como já ocorre em alguns países.

20 Afinal, a responsabilidade é coletiva e, para tanto, precisamos demolir com urgência o primado
21 da máxima (bastante mínima) *Cada um por si e Deus por todos* pela força histórica da outra *Um por*
22 *todos e todos por um*.

23 A vida é obra coletiva, construída no cotidiano e com sentido na História. O poeta João Cabral de
24 Melo Neto nos alertou que “um galo sozinho não tece uma manhã”; por outro lado, além da união em
25 torno da causa não podemos esquecer da força que as ações litigantes (e que recusam a discriminação,
26 o preconceito ou a exclusão) podem ter na normatização jurídica de nossa convivência.

27 Em nosso país vale uma grande indagação: estamos caminhando rumo à equidade ou rumo a
28 uma sociedade na qual as pessoas estarão cada vez mais focadas em suas próprias realidades e
29 interesses? Podemos ter os dois cenários, e a escolha por um deles não é mera decisão individual.

30 Se quisermos evitar o esboroamento de qualquer civilidade é necessário nos juntarmos aos que
31 também rejeitam tal possibilidade e partirmos para a ação que pode, inclusive, obrigar-nos a abrir mão
32 de privilégios eventuais, mas que nos permitirá Futuro.

33 A preservação e o respeito à individualidade é um valor a ser protegido; o grande risco está em
34 admitir o individualismo, ou seja, a postura egocêntrica e exclusivista, que costuma redundar em
35 convivência predatória. Porém, há muitos homens e muitas mulheres que rejeitam tal posição e, em vez
36 de ficarem bradando por aí: “Alguém tem de fazer alguma coisa!”, juntam-se para fazer o que pode e
37 precisa ser feito. É possível, sim, recusar o fratricídio paulatino e aderir a princípios de compartilhamento
38 da Vida que nos impeçam de desprezar a Fraternidade.

39 Há um passo essencial: lembrar sempre que reconhecer as Diferenças não implica exaltar as
40 Desigualdades. Homens e mulheres são diferentes, não são desiguais. Nordestinos e sudestinos são
41 diferentes, não são desiguais. Negros e brancos são diferentes, não são desiguais.

42 A Igualdade é um constitutivo ético, enquanto a Diferença resulta do biológico ou de uma história
43 que também pode ser mudada para melhor.

CORTELLA, Mário Sérgio. **Não se desespere**: provocações filosóficas. 3. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

1 Ao tratar a diversidade como expressão da vida humana, o autor do texto argumenta a favor da(do)

- (A) intolerância ao diferente.
- (B) aceitação do individualismo.
- (C) esboroamento da civilidade.
- (D) exaltação da desigualdade.
- (E) aceitação da diferença.



- 2 Observa-se no texto o emprego de letras maiúsculas em várias palavras como: Vida Humana (linha 1); Natureza (linha 2); Diversidade (linha 3); Diferente (linha 9); Desigual (linha 10); Ética (linha 13); Vida (linha 38); etc. As maiúsculas foram empregadas nestas palavras para
- (A) indicar que são nomes de lugares.
 - (B) indicar o início de um pensamento novo.
 - (C) colocar em destaque as ideias abordadas.
 - (D) criar um efeito estético, melhorando a aparência do texto.
 - (E) ressaltar que se trata de nomes abstratos.
- 3 Com base nos argumentos expostos em relação à diversidade, depreende-se do texto que
- (A) para a humanidade só há um modo correto de existir.
 - (B) o segredo da humanidade é ter inteligência estratégica para evitar o diverso.
 - (C) a diversidade é constitutiva tanto da natureza quanto da vida humana.
 - (D) a diversidade é o lugar exato de onde emana o preconceito.
 - (E) a diversidade é fonte de inúmeras intolerâncias.
- 4 O emprego das palavras *certa* (linha 8), *algumas* (linha 8) e *determinados* (linha 8) leva à conclusão de que
- (A) as instituições sociais, em geral, são responsáveis pelo preconceito ao diferente.
 - (B) nem toda instituição social considera o diferente como desigual.
 - (C) as instituições sociais presentes em uma comunidade são diferentes e desiguais.
 - (D) apenas a Mídia e a Igreja são responsáveis por se tratar o diferente como desigual.
 - (E) não são apenas as instituições sociais as responsáveis pela intolerância.
- 5 De acordo com o texto, muitas empresas procuram praticar ações de acordo com a Ética. Dentre estas ações, destaca(m)-se
- (A) as ações de inclusão e acolhimento da diversidade.
 - (B) a junção da empresa a movimentos organizados.
 - (C) a rejeição de relação de negócios com clientes conscientes.
 - (D) a produção de cosméticos como maquiagem provisória e superficial.
 - (E) a valorização da presença da empresa na comunidade por meio da propaganda.
- 6 A afirmação “Ética não é cosmética” (linha 15) chama a atenção para o fato de que as ações das empresas devem ser
- (A) provisórias.
 - (B) superficiais.
 - (C) verdadeiras.
 - (D) coletivas.
 - (E) diversas.
- 7 Os neologismos *biocida* e *liberticida* (linha 18) encerram em si o sentido de
- (A) aquele que dá vida.
 - (B) aquele que liberta.
 - (C) aquele que mata.
 - (D) aquele que participa.
 - (E) aquele que rejeita.
- 8 O emprego da máxima *Um por todos e todos por um* (linhas 21 e 22) é um argumento para reforçar no texto a ideia de
- (A) individualidade.
 - (B) religiosidade.
 - (C) responsabilidade.
 - (D) coletividade.
 - (E) equidade.



- 9 A expressão *tal posição* (linha 35) retoma uma ideia anteriormente expressa no texto. A ideia em questão é
- (A) evitar o esboroamento de qualquer civilidade.
 - (B) abrir mão de privilégios eventuais.
 - (C) preservar o respeito à individualidade.
 - (D) partir para a ação que permitirá futuro.
 - (E) admitir o individualismo.
- 10 Ao defender a ideia de que *ser diferente não é ser desigual* (linhas 39 a 43), o texto ressalta que
- (A) a ideia de igualdade está ligada a valores construídos em sociedade.
 - (B) a ideia de igualdade resulta dos atributos biológicos com que nascemos.
 - (C) igualdade e diferença são ambas ideias relacionadas com o aspecto biológico.
 - (D) a diferença, da mesma forma que a igualdade, é um constitutivo ético.
 - (E) a ideia de diferença resulta da história e não pode ser mudada.

LEGISLAÇÃO

- 11 Em conformidade com o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais (Lei nº 8.112/90 e suas alterações), são requisitos básicos para investidura em cargo público:
- (A) A nacionalidade; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigida para o exercício do cargo; a idade mínima de 18 anos; e aptidão física e mental.
 - (B) A nacionalidade; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigida para o exercício do cargo; a idade mínima de 18 anos; e aptidão física e mental.
 - (C) A nacionalidade; o gozo dos direitos políticos; o nível de escolaridade exigida para o exercício do cargo; a idade mínima de 18 anos; e aptidão física e mental.
 - (D) A nacionalidade; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; a idade mínima de 18 anos; e aptidão física e mental.
 - (E) A nacionalidade; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigida para o exercício do cargo; e aptidão física e mental.
- 12 Dentre outros deveres do servidor regido pela Lei nº 8.112/90 e suas alterações, encontra-se o de
- (A) ser leal às instituições a que servir; observar as normas legais e regulamentares; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; atender com presteza; guardar sigilo sobre assunto da repartição; ser assíduo e pontual ao serviço; utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares.
 - (B) exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo; ser leal às instituições a que servir; observar as normas legais e regulamentares; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; atender com presteza; guardar sigilo sobre assunto da repartição; ser assíduo e pontual ao serviço.
 - (C) exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo; observar as normas legais e regulamentares; exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; atender com presteza; guardar sigilo sobre assunto da repartição; ser assíduo e pontual ao serviço.
 - (D) exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo; ser leal às instituições a que servir; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; atender com presteza; guardar sigilo sobre assunto da repartição; ser assíduo e pontual ao serviço; recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.
 - (E) exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo; ser leal às instituições a que servir; observar as normas legais e regulamentares; recusar fé a documentos públicos; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; atender com presteza; guardar sigilo sobre assunto da repartição.
- 13 Em conformidade com a Lei nº 8.112/90 e suas alterações, além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:
- (A) Gratificações, FGTS e seguro desemprego.
 - (B) Indenizações, adicionais e FGTS.
 - (C) Indenizações, seguro desemprego e FGTS.
 - (D) Indenizações, gratificações e adicionais.
 - (E) Gratificações, adicionais e seguro desemprego.



- 14 De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/94), é vedado, dentre outros, ao servidor público
- (A) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; usar de artifício para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente; atender com presteza.
 - (B) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; guardar sigilo sobre assunto da repartição; alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente.
 - (C) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; usar de artifício para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente.
 - (D) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; tratar com urbanidade as pessoas; prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; usar de artifício para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente.
 - (E) observar as normas legais e regulamentares; prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; usar de artifício para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente.
- 15 A Lei nº 11.091/2005 dispõe sobre a estruturação do plano de carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculados ao Ministério da Educação, e dá outras providências. São atribuições gerais dos cargos que integram o Plano de Carreira, sem prejuízo das atribuições específicas e dos requisitos de qualificação e competências definidos nas respectivas especificações:
- (A) Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio Técnico-Administrativo ao ensino; planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.
 - (B) Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio Docente ao ensino; planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Docentes inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.
 - (C) Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio Técnico-Administrativo e Docente ao ensino; planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas e Docentes inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.
 - (D) Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio Técnico-Administrativo e Docente ao ensino; planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas e Docentes inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Municipais e Estaduais de Ensino; executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Municipal e Estadual de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Municipais e Estaduais de Ensino.
 - (E) Planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio Técnico-Administrativo e Docente ao ensino; planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades Técnico-Administrativas e Docentes inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Municipais, Estaduais e Federais de Ensino; executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Municipal, Estadual e Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Municipais, Estaduais e Federais de Ensino.



- 16 O Decreto nº 5.707/2006 instituiu a Política de Desenvolvimento de Pessoal a ser implementada pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, com as seguintes finalidades:
- (A) Melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos; desenvolvimento permanente do servidor público estadual; adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; divulgação e gerenciamento das ações de capacitação.
 - (B) Melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos de todos os órgãos e repartições federais e estaduais prestados aos cidadãos; adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (C) Melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos; desenvolvimento permanente do servidor público estadual e municipal; adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; e racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (D) Desenvolvimento permanente do servidor público federal, estadual e municipal; adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (E) Melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos; desenvolvimento permanente do servidor público; adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
- 17 O Decreto nº 5.825/2006 estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, que observará os princípios e diretrizes estabelecidos no art. 3º da Lei nº 11.091/2005, e ainda:
- (A) cooperação técnica entre as instituições públicas e privadas de ensino e as de pesquisa e dessas com Ministério da Educação; corresponsabilidade do dirigente da Instituição de Ensino Superior - IES, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; e adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.
 - (B) cooperação técnica entre as instituições públicas e privadas de ensino e as de pesquisa e dessas com Ministério da Educação; corresponsabilidade do dirigente da Instituição de Ensino Superior - IES, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação e de Docentes; e adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.
 - (C) cooperação técnica entre as instituições públicas e privadas de ensino e as de pesquisa e dessas com Ministério da Educação, Governo Estadual e Prefeitura Municipal; corresponsabilidade do dirigente da Instituição de Ensino Superior - IES, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; e adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.
 - (D) cooperação técnica entre as instituições públicas de ensino e as de pesquisa e dessas com Ministério da Educação; corresponsabilidade do dirigente da Instituição Federal de Ensino - IFE, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; e adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.
 - (E) cooperação técnica entre as instituições públicas e privadas de ensino e as de pesquisa e dessas com Ministério da Educação, Governo Estadual e Prefeitura Municipal; corresponsabilidade do dirigente da Instituição Federal de Ensino - IFE e Instituição de Ensino Superior - IES, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação e Docente; e adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.

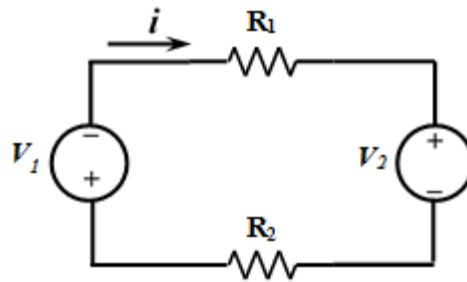


- 18 O Decreto nº 5.378/2005 instituiu o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GES PÚBLICA e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras providências. O GES PÚBLICA deverá contemplar a formulação e implementação das medidas integradas em agenda de transformações da gestão, necessárias à promoção dos resultados preconizados no plano plurianual, à consolidação da administração pública profissional voltada ao interesse do cidadão e à aplicação de instrumentos e abordagens gerenciais, que objetivem
- (A) eliminar o déficit institucional, visando ao integral atendimento das competências constitucionais do Poder Executivo Federal; promover a governança, aumentando a capacidade de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas; promover a eficiência, por meio de melhor aproveitamento dos recursos, relativamente aos resultados da ação pública; assegurar a eficácia e efetividade da ação governamental, promovendo a adequação entre meios, ações, impactos e resultados; e promover a gestão democrática, participativa, transparente e ética.
 - (B) eliminar o déficit institucional, visando ao integral atendimento das competências constitucionais do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário Federal; promover a governança, aumentando a capacidade de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas; promover a eficiência, por meio de melhor aproveitamento dos recursos, relativamente aos resultados da ação pública; assegurar a eficácia e efetividade da ação governamental, promovendo a adequação entre meios, ações, impactos e resultados; e promover a gestão democrática, participativa, transparente e ética.
 - (C) eliminar o déficit institucional, visando ao integral atendimento das competências constitucionais do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal; promover a governança, aumentando a capacidade de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas; promover a eficiência, por meio de melhor aproveitamento dos recursos, relativamente aos resultados da ação pública; assegurar a eficácia e efetividade da ação governamental, promovendo a adequação entre meios, ações, impactos e resultados.
 - (D) eliminar o déficit institucional, visando ao integral atendimento das competências constitucionais do Poder Executivo Estadual e Municipal; promover a governança, aumentando a capacidade de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas; promover a eficiência, por meio de melhor aproveitamento dos recursos, relativamente aos resultados da ação pública; e promover a gestão democrática, participativa, transparente e ética.
 - (E) eliminar o déficit institucional, visando ao integral atendimento das competências constitucionais do Poder Legislativo e Judiciário Estadual e Federal; promover a governança, aumentando a capacidade de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas; assegurar a eficácia e efetividade da ação governamental, promovendo a adequação entre meios, ações, impactos e resultados; e promover a gestão democrática, participativa, transparente e ética.
- 19 De acordo com o Estatuto da Universidade Federal do Pará, publicado no DOU de 12/07/2006, os órgãos da Administração Superior são:
- (A) Os Conselhos Superiores; a Reitoria; a Vice-Reitoria; as Pró-Reitorias; as Diretorias da Escola de Aplicação e dos Hospitais Universitários.
 - (B) Os Conselhos Superiores; a Reitoria; a Vice-Reitoria; as Pró-Reitorias; e as Diretorias dos Institutos e Núcleos.
 - (C) Os Conselhos Superiores; a Reitoria; a Vice-Reitoria; as Pró-Reitorias; a Prefeitura; a Procuradoria-geral.
 - (D) Os Conselhos Superiores; a Reitoria; a Vice-Reitoria; a Prefeitura; a Procuradoria-geral.
 - (E) Os Conselhos Superiores; a Reitoria; as Pró-Reitorias; a Prefeitura; a Procuradoria-geral; e Coordenadorias de Programas de Pós-Graduação.
- 20 O Plano de Desenvolvimento Institucional 2011-2015 configura-se na primeira etapa de um processo, que permite dinamizar a gestão institucional, identificada com valores associados aos objetivos do milênio, que, a partir de sua missão e visão de futuro, pretende articular ações de pesquisa, ensino e extensão, as quais, certamente, acelerarão o ritmo de desenvolvimento social e econômico, formando cidadãos capazes de transformar a realidade social, construindo assim uma sociedade sustentável, tornando-se centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural, e na produção de conhecimento de valor para a sociedade. A construção desse Plano foi uma exigência e determinação de(do):
- (A) Resolução específica do Conselho Universitário – CONSUN/UFPA.
 - (B) Decreto nº 5.773/2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de ensino superior, dentre outros.
 - (C) Resolução do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE/UFPA.
 - (D) Resolução específica do Conselho Superior de Administração – CONSAD/UFPA.
 - (E) Resolução conjunta do Conselho Universitário – CONSUN, Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE e do Conselho Superior de Administração – CONSAD.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

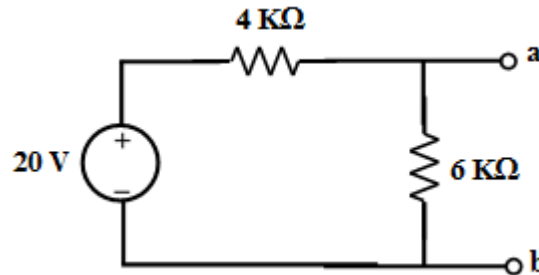
21 No esquemático mostrado na figura abaixo, considere $V_1 = 4\text{ V}$, $V_2 = 8\text{ V}$, $R_1 = 1\text{ k}\Omega$ e $R_2 = 3\text{ k}\Omega$.



O valor da corrente i é

- (A) 1 mA
- (B) -1 mA
- (C) 3 mA
- (D) -3 mA
- (E) 16 mA

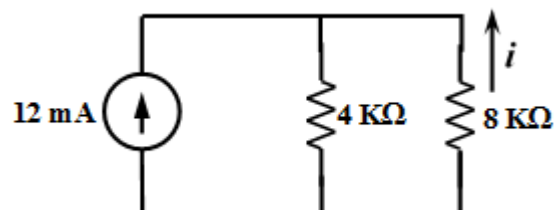
22 Observe o esquemático mostrado na figura abaixo.



O valor da tensão entre os pontos **a** e **b** é

- (A) 20 V
- (B) 2 V
- (C) 12 V
- (D) 10 V
- (E) 6 V

23 Observe o esquemático mostrado na figura abaixo.

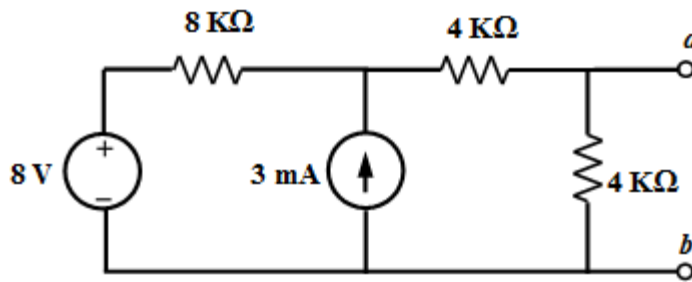


O valor da corrente i através do resistor de $8\text{ k}\Omega$ é

- (A) 4 mA
- (B) -4 mA
- (C) 8 mA
- (D) -8 mA
- (E) -2,67 mA



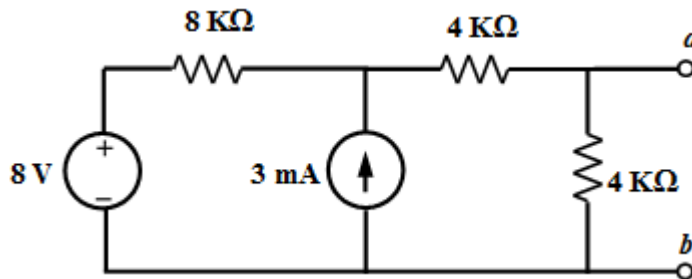
24 Considere o esquemático mostrado na figura abaixo.



O valor da tensão equivalente de Thevenin entre os terminais *a* e *b* é

- (A) 2 V
- (B) 4 V
- (C) 6 V
- (D) 16 V
- (E) 8 V

25 Considere o esquemático mostrado na figura abaixo.



O valor da corrente equivalente de Norton entre os pontos *a* e *b* é

- (A) 2,66 mA
- (B) 1,50 mA
- (C) 1,33 mA
- (D) 3,00 mA
- (E) 2,00 mA

26 A frequência, em Hz, de um sinal representado pela expressão $f(t) = 120 \text{ sen}(160\pi t + 20)$ é

- (A) 120 Hz
- (B) 80 Hz
- (C) 160 Hz
- (D) 160π Hz
- (E) 80π Hz

27 A associação em paralelo de dois capacitores (um com capacitância de $10 \mu\text{F}$ e outro de $15 \mu\text{F}$) resulta em uma capacitância equivalente de

- (A) $25 \mu\text{F}$
- (B) $12,5 \mu\text{F}$
- (C) $3 \mu\text{F}$
- (D) $9 \mu\text{F}$
- (E) $6 \mu\text{F}$

28 A associação em série de dois capacitores (um com capacitância de $10 \mu\text{F}$ e outro de $15 \mu\text{F}$) resulta em uma capacitância equivalente de

- (A) $25 \mu\text{F}$
- (B) $12,5 \mu\text{F}$
- (C) $3 \mu\text{F}$
- (D) $9 \mu\text{F}$
- (E) $6 \mu\text{F}$



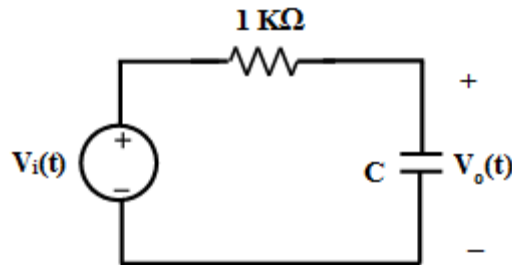
29 A associação em paralelo de dois indutores (um com indutância de 10 mH e outro de 15 mH) resulta em uma indutância equivalente de

- (A) 25 mH
- (B) 12,5 mH
- (C) 3 mH
- (D) 9 mH
- (E) 6 mH

30 A associação em série de dois indutores (um com indutância de 10 mH e outro de 15 mH) resulta em uma indutância equivalente de

- (A) 25 mH
- (B) 12,5 mH
- (C) 3 mH
- (D) 9 mH
- (E) 6 mH

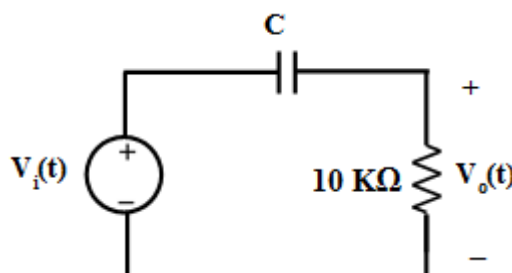
31 Observe o esquemático do filtro passa-baixas mostrado na figura abaixo. Considere $1/\pi = 0,32$.



Para uma frequência de corte de 100 kHz, o valor da capacitância C , é

- (A) 16 nF
- (B) 160 nF
- (C) 1600 nF
- (D) 1,6 nF
- (E) 0,16 nF

32 Observe o esquemático do filtro passa-altas mostrado na figura abaixo. Considere $1/\pi = 0,32$.

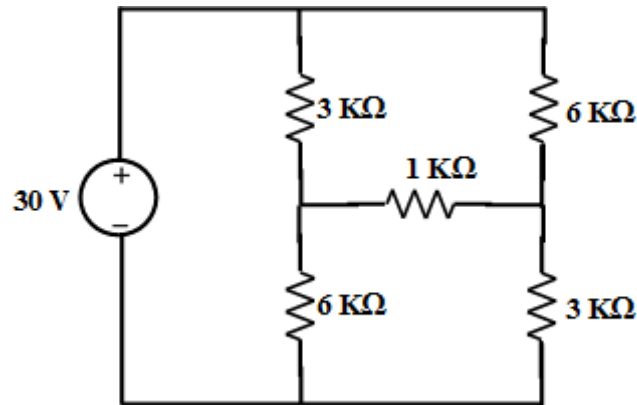


Para uma frequência de corte de 20 kHz, o valor da capacitância C , é

- (A) 0,08 nF
- (B) 0,8 nF
- (C) 8 nF
- (D) 80 nF
- (E) 800 nF



33 Observe o esquemático em ponte, mostrado na figura abaixo.



O valor da corrente que atravessa o resistor de 1 kΩ corresponde a

- (A) 10,0 mA
- (B) 6,0 mA
- (C) 2,5 mA
- (D) 7,5 mA
- (E) 2,0 mA

34 A função lógica $y = AB + \bar{C}D$, implementada apenas com portas lógicas NAND, pode ser representada pela expressão

- (A) $y = \overline{\bar{A}\bar{B} \cdot \bar{C}\bar{D}}$
- (B) $y = \overline{AB \cdot \bar{C}\bar{D}}$
- (C) $y = \overline{\bar{A}\bar{B} \cdot \bar{C}\bar{D}}$
- (D) $y = \overline{\bar{A}\bar{B} \cdot \bar{C}\bar{D}}$
- (E) $y = \overline{\bar{A}\bar{B} + \bar{C}\bar{D}}$

35 O número binário 10101101_2 pode ser escrito, na base 16, como

- (A) AD_{16}
- (B) 1013_{16}
- (C) 173_{16}
- (D) 255_{16}
- (E) 371_{16}

36 O número BCD 10010101_2 pode ser escrito, em decimal, como

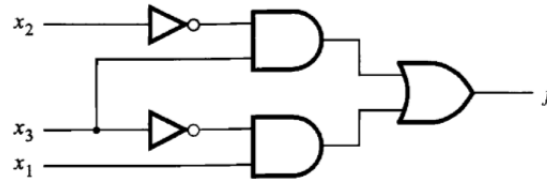
- (A) 59_{10}
- (B) 95_{10}
- (C) 149_{10}
- (D) 225_{10}
- (E) 941_{10}

37 O segundo complemento do correspondente binário do número 27_{10} , representado com 6 bits, é

- (A) 011011_2
- (B) 100100_2
- (C) 100011_2
- (D) 100101_2
- (E) 100111_2



38 Observe o diagrama lógico mostrado na figura abaixo.



Então, pode-se escrever

- (A) $f = \bar{x}_3x_2 + \bar{x}_3x_1$
- (B) $f = x_3\bar{x}_2 + x_3x_1$
- (C) $f = \bar{x}_3x_2 + x_3x_1$
- (D) $f = \bar{x}_3\bar{x}_2 + x_3x_1$
- (E) $f = x_3\bar{x}_2 + \bar{x}_3x_1$

39 A expressão mais simples na forma de produtos de soma para a função

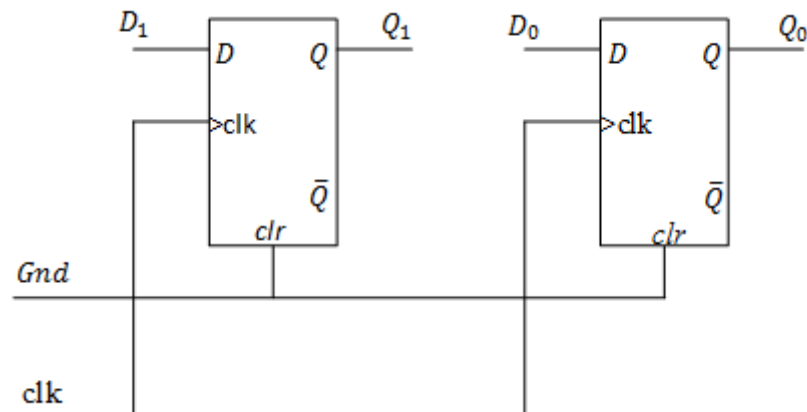
$$f(x_1, x_2, x_3) = x_1x_3 + x_1\bar{x}_2 + \bar{x}_1x_2x_3 + \bar{x}_1\bar{x}_2\bar{x}_3 \text{ é}$$

- (A) $f(x_1x_2x_3) = (\bar{x}_2 + \bar{x}_3)$
- (B) $f(x_1x_2x_3) = x_2x_3 + \bar{x}_2\bar{x}_3 + x_1\bar{x}_2$
- (C) $f(x_1x_2x_3) = (\bar{x}_2 + \bar{x}_3)(x_1 + x_2 + \bar{x}_3)$
- (D) $f(x_1x_2x_3) = (\bar{x}_2 + x_3)$
- (E) $f(x_1x_2x_3) = (\bar{x}_2 + x_3)(x_1 + x_2 + \bar{x}_3)$

40 Um multiplexador de duas entradas x_0 e x_1 , com uma entrada de seleção s , pode ter sua saída escrita como

- (A) $y = (x_0 + s)(x_1 + \bar{s})$
- (B) $y = (x_0 + s)(x_1 + s)$
- (C) $y = (\bar{x}_0 + s)(x_1 + \bar{s})$
- (D) $y = (\bar{x}_0s)(x_1\bar{s})$
- (E) $y = (\bar{x}_0s)(\bar{x}_1 + \bar{s})$

41 O esquemático abaixo representa um contador binário crescente de módulo 4. O flip-flop mais a esquerda representa o bit mais significativo.

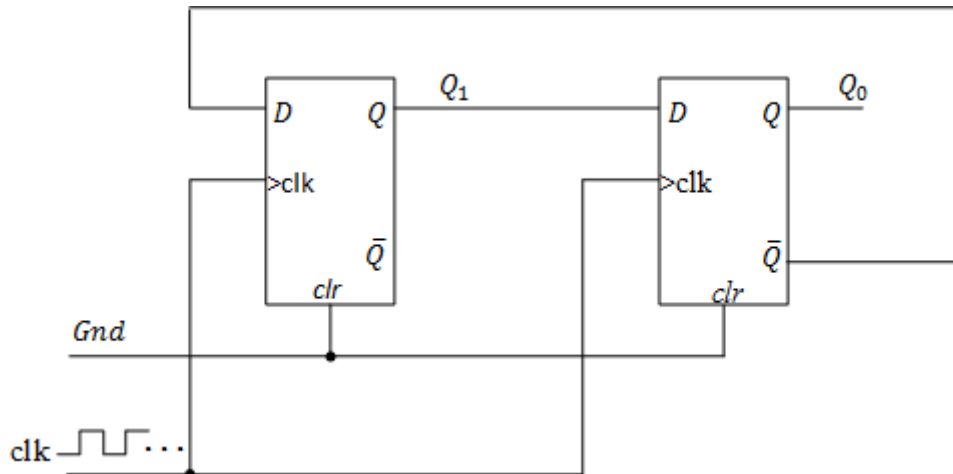


Supondo que no estado inicial os flip-flops estão re-setados, as equações para as entradas D_1 e D_0 devem ser escritas como

- (A) $D_1 = Q_1 \oplus Q_0$ e $D_0 = \bar{Q}_0$
- (B) $D_1 = \bar{Q}_0$ e $D_0 = Q_1 \oplus Q_0$
- (C) $D_1 = \overline{Q_1 \oplus Q_0}$ e $D_0 = \bar{Q}_0$
- (D) $D_1 = \bar{Q}_0$ e $D_0 = Q_1 \oplus Q_0$
- (E) $D_1 = \bar{Q}_0$ e $D_0 = \bar{Q}_1 \oplus Q_0$



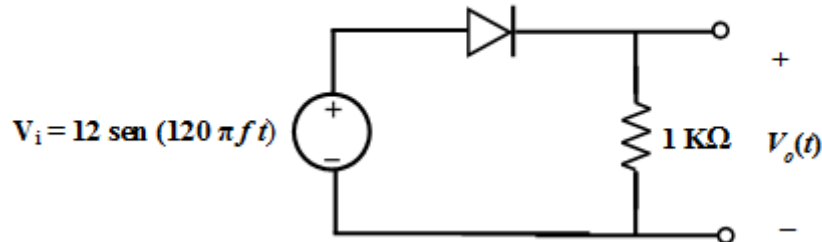
4.2 Considere o esquemático mostrado na figura abaixo.



Supondo que inicialmente os dois flip-flops estejam re-setados, a sequência de valores nas saídas Q_1Q_0 é, respectivamente,

- (A) 00, 10, 11, 01, 00, ...
- (B) 00, 01, 10, 11, 00, ...
- (C) 00, 01, 11, 10, 00, ...
- (D) 00, 11, 01, 10, 00, ...
- (E) 00, 11, 10, 01, 00, ...

4.3 O circuito retificador de meia onda mostrado, esquematicamente, na figura abaixo, utiliza diodo de silício com queda de 0,7 V para qualquer valor de corrente.



O valor mais aproximado da tensão de pico na saída retificada é

- (A) 6,93 V
- (B) 8,48 V
- (C) 11,30 V
- (D) 16,97 V
- (E) 20,78 V

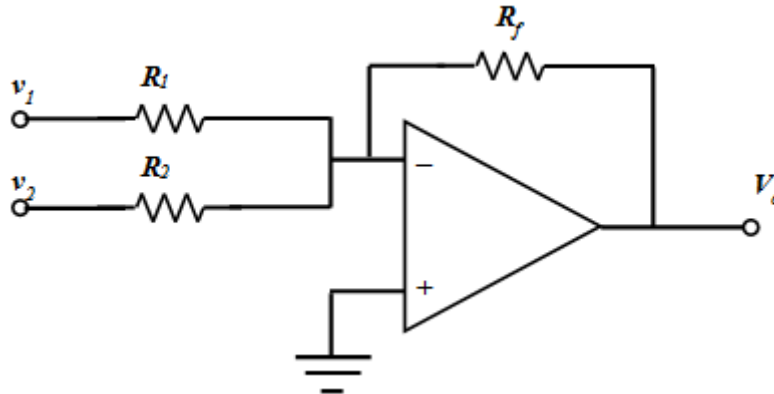
4.4 Um transistor NMOS tipo enriquecimento, operando na região de saturação, com $V_T = 0,7$ V, tem seu terminal de fonte (Source) aterrado e uma tensão de $1,5 V_{dc}$ aplicada ao terminal da porta (Gate). Considerando, ainda, $\mu_n C_{ox} = 80 \mu A/V^2$, largura do canal igual a $35 \mu m$ e comprimento do canal igual a $3,5 \mu m$, o valor da corrente de dreno é

- (A) 0,032 A
- (B) 320 mA
- (C) 3,20 μA
- (D) 256 mA
- (E) 256 μA



45 Observe o esquemático abaixo.

Considere $R_f = 12 \text{ k}\Omega$. Considere os componentes com características ideais.

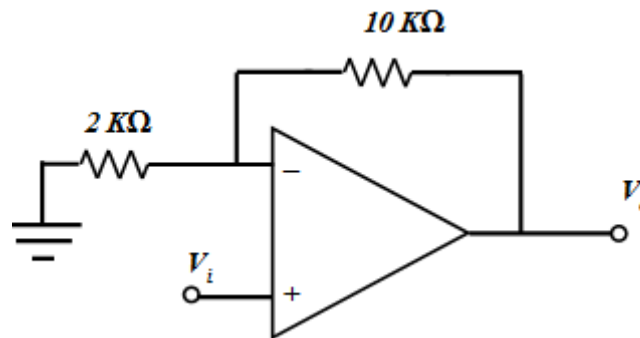


No esquemático acima, os valores de R_1 e R_2 , de modo a se obter $V_o = -(2v_1 + 3v_2)$, são

- (A) $R_1 = 6 \text{ k}\Omega$ e $R_2 = 4 \text{ k}\Omega$
- (B) $R_1 = 4 \text{ k}\Omega$ e $R_2 = 6 \text{ k}\Omega$
- (C) $R_1 = 3 \text{ k}\Omega$ e $R_2 = 2 \text{ k}\Omega$
- (D) $R_1 = 2 \text{ k}\Omega$ e $R_2 = 3 \text{ k}\Omega$
- (E) $R_1 = 4 \text{ k}\Omega$ e $R_2 = 4 \text{ k}\Omega$

46 Observe a figura abaixo.

Considere os componentes com características ideais.



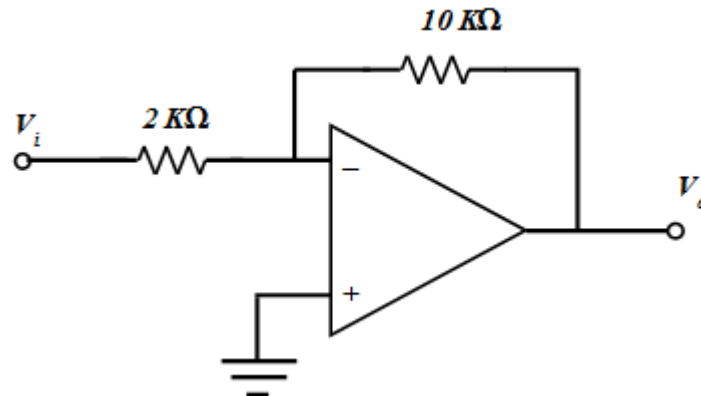
O ganho em malha fechada para o circuito esquematizado na figura acima é

- (A) -5
- (B) +5
- (C) -6
- (D) +6
- (E) +20



4.7 Observe a figura abaixo.

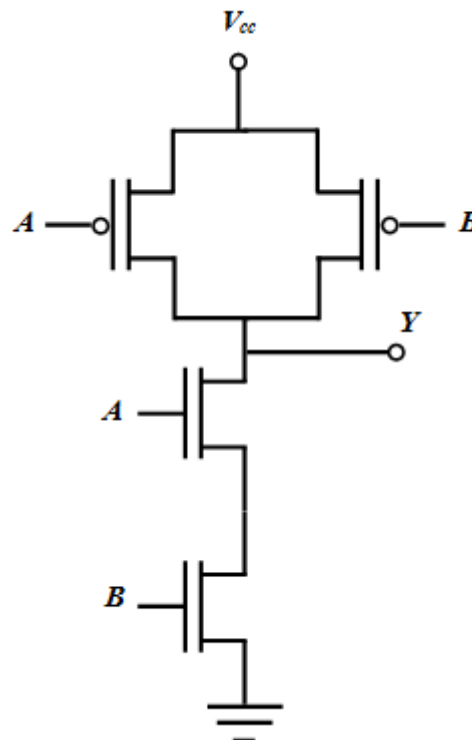
Considere os componentes com características ideais.



O ganho em malha fechada para o circuito esquematizado na figura acima é

- (A) -5
- (B) +5
- (C) -6
- (D) +6
- (E) +20

4.8 Observe o esquemático abaixo.

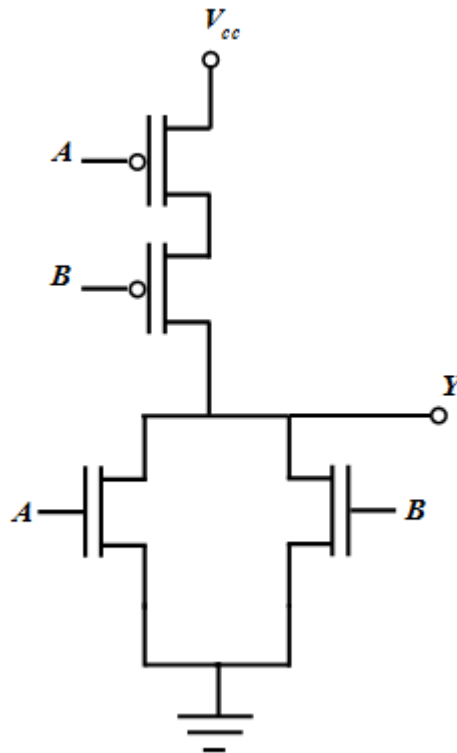


Considerando a lógica positiva (“0” lógico corresponde a 0 V e “1” lógico corresponde a V_{cc}), o esquemático acima em tecnologia CMOS, representa uma porta lógica

- (A) AND
- (B) NAND
- (C) OR
- (D) NOR
- (E) XOR



49 Observe o esquemático abaixo.

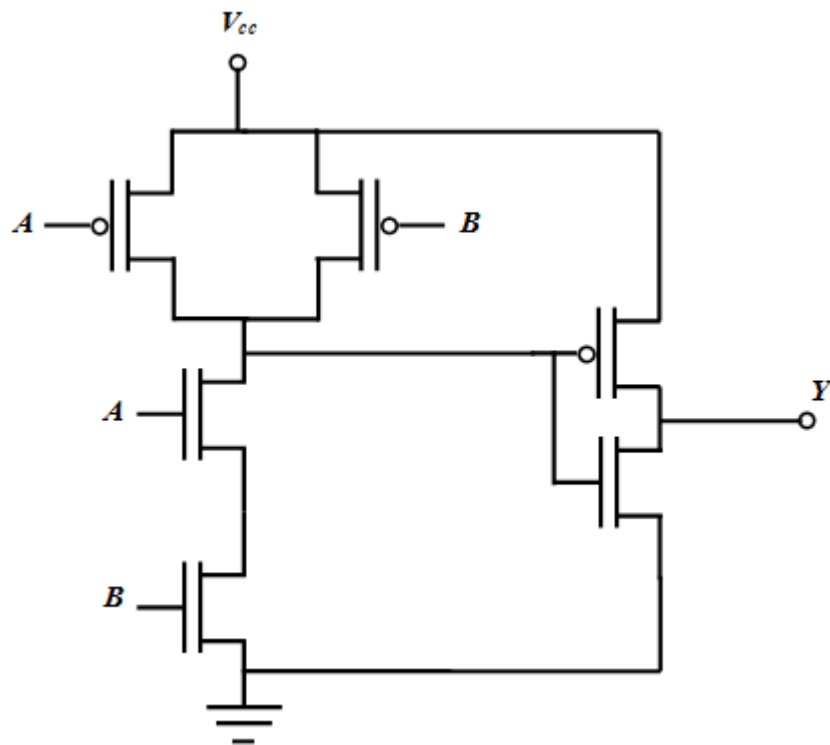


Considerando a lógica positiva (“0” lógico corresponde a 0 V e “1” lógico corresponde a V_{cc}), o esquemático acima em tecnologia CMOS, representa uma porta lógica

- (A) AND
- (B) NAND
- (C) OR
- (D) NOR
- (E) XOR



50 Observe o esquemático abaixo.



Considerando a lógica positiva (“0” lógico corresponde a 0 V e “1” lógico corresponde a V_{cc}), o esquemático acima em tecnologia CMOS, representa uma porta lógica

- (A) AND
- (B) NAND
- (C) OR
- (D) NOR
- (E) XOR